



RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

Os compromissos são para cumprir. Residência Farmacêutica sem mais demoras

Os farmacêuticos portugueses manifestam a sua enorme preocupação pelos sucessivos atrasos na regulamentação do acesso à carreira farmacêutica, sem a qual é impossível colmatar as graves carências de recursos humanos em muitos serviços farmacêuticos hospitalares do país.

Volvidos mais de dois anos da publicação dos diplomas que instituíram a carreira farmacêutica no Serviço Nacional de Saúde (SNS) – Decretos-Lei n.º 108/2017 e 109/2017, ambos de 30 de agosto –, o Ministério da Saúde continua a protelar a conclusão do processo legislativo, impossibilitando os farmacêuticos de iniciarem o seu percurso profissional e formativo pós-graduado nos hospitais públicos portugueses.

Há mais de 20 anos que os farmacêuticos reclamavam a restituição de uma carreira especial autónoma, que reconhecesse as suas qualificações e diferenciação profissional nas áreas da Farmácia Hospitalar, Análises Clínicas e Genética Humana. O que se julgava mais difícil foi alcançado, mas a sua aplicação é praticamente nula.

Lamentavelmente, passaram mais de 660 dias desde o prazo definido para aprovação dos decretos-lei que regulamentam a carreira farmacêutica. Mesmo depois das propostas de diploma terem estado em apreciação pública, das negociações com sindicatos estarem concluídas e até do início de uma nova legislatura, que terá adiado o agendamento da aprovação do diploma em Conselho de Ministros, continuam as promessas sucessivas de rápida conclusão do processo.

Os farmacêuticos portugueses estão indignados.

A Ordem dos Farmacêuticos tem vindo a alertar o Governo para eventuais consequências da falta de recursos existente na esmagadora maioria das farmácias hospitalares portuguesas, que ameaçam a qualidade do serviço prestado e, como tal, a própria segurança dos doentes.

Com o início de funções do novo Executivo, a Saúde foi publicamente declarada como prioridade para a legislatura. Foi também apresentado um programa operacional de investimentos no SNS, já contemplado no Orçamento de Estado para 2020, e que, entre outros importantes aspetos, prevê a contratação de cerca de 8.400 novos profissionais de diferentes grupos profissionais.

Sem a regulamentação da carreira farmacêutica, os serviços farmacêuticos hospitalares continuarão impedidos de contratar novos recursos. As dificuldades e a desmotivação perpetuam-se, a renovação geracional do quadro de colaboradores farmacêuticos na administração pública permanece uma miragem e os inevitáveis constrangimentos ao funcionamento das farmácias hospitalares vão sendo combatidos, até à exaustão, por profissionais de elevada dedicação e sentido de responsabilidade, que não descuram esforços para que os utentes não sofram consequências de decisões que não são suas.

Os farmacêuticos portugueses apelam, por isso, a uma rápida intervenção do Primeiro-Ministro e Ministra da Saúde nesta matéria, esperando desenvolvimentos céleres sobre a aprovação dos diplomas em falta, sem os quais a Ordem dos Farmacêuticos considera que uma reforma na Saúde ficará sempre incompleta.

Falta um simples gesto, um gesto que faz, no entanto, toda a diferença. Um gesto que junta promessa a concretização. Um gesto que promove todos por igual: os farmacêuticos, todo o SNS, os cidadãos.

A residência farmacêutica é o último, mas o mais importante retoque numa obra imprescindível para a Saúde e para o País. As competências e qualidade do trabalho farmacêutico não podem ser mais hipotecadas.

Para os farmacêuticos e a sua Ordem, o preço a pagar por mais atrasos é incompreensível e injustificável. Este é o momento certo para fazer o que ainda não foi feito.

Lisboa, 18 de dezembro de 2019

A Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos